

EM GUARDA CONTRA O PERIGO MOSCOVITA: ANTICOMUNISMO E QUESTÃO NACIONAL NA LITERATURA POLÍTICA BRASILEIRA SOB O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

Diego Grossi *

192

Resumo: O presente artigo busca identificar o papel desempenhado pela instrumentalização da questão nacional como mecanismo anticomunista no Brasil por parte da literatura política durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) - época na qual o nacionalismo se exacerba neste país e no mundo e que se dá em paralelo à ascensão do fascismo, derrotado na II Guerra Mundial. A base da análise é composta por obras de autores do período tidas como representativas de diferentes matrizes político-ideológicas: conservadorismo cristão, com Alceu Amoroso Lima; liberalismo, com Affonso Arinos de Mello Franco e; fascismo, com Octavio de Faria (além dos discursos do próprio presidente, principal figura política de então). Nota-se, com isso, como a estrangeirização do comunismo, com a consequente alegação de assincronia entre este e uma reificada nação/nacionalidade brasileira, foi estratégia generalizada entre a mídia opositora do marxismo na época abordada.

Palavras-chave: nacionalismo; anticomunismo; Era Vargas

ON GUARD AGAINST THE MOSCOVITE DANGER: ANTI-COMMUNISM AND NATIONAL ISSUE IN BRAZILIAN POLITICAL LITERATURE UNDER THE FIRST VARGAS GOVERNMENT

Abstract: The objective here is to identify the role played by the instrumentalization of the national issue as an anti-communist mechanism in Brazil by political literature during the period of the first government of Getúlio Vargas (1930-1945) - which took place in parallel with the rise of fascism, defeated in World War II. This time was one of the moments in history in which nationalism was exacerbated both in this country and in the world. We analyzed works by authors considered to represent different political-ideological matrices: Christian conservatism, with Alceu Lima; liberalism, with Affonso Franco and; fascism, with Octavio de Faria (as well as the speeches of President Vargas, main political figure of the time). With this, we note how the foreignization of communism, with the

* Professor efetivo da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Mestre em História (PPGHC-UFRRJ) e doutor em Ciência Política (IESP-UERJ). professordiegogrossi@gmail.com, ORCID 0000-0003-4415-7467.

consequent allegation of asynchrony between it and a reified Brazilian nation/nationality, was a widespread strategy among the literature opposing Marxism at the time covered.

Keywords: national issue; anti-communism; Vargas Era.

**EN GUARDIA CONTRA EL PELIGRO MOSCOVITA: EL PRIMER
GOBIERNO DE VARGAS Y LA INSTRUMENTALIZACIÓN
ANTICOMUNISTA DE LA CUESTIÓN NACIONAL EN LA LITERATURA
POLÍTICA BRASILEÑA**

Resumen: El objetivo de este artículo es identificar el papel desempeñado por la instrumentalización de la cuestión nacional como mecanismo anticomunista en la literatura política en Brasil durante el primer gobierno de Getúlio Vargas (1930-1945) - uno de los momentos de la historia en que el nacionalismo se exagera tanto en ese país como en el mundo y que tuvo lugar en paralelo al ascenso del fascismo, derrotado en la Segunda Guerra Mundial. A partir de obras de autores de la época considerados representativos de distintas matrices político-ideológicas (conservadurismo cristiano, con Alceu Lima; liberalismo, con Affonso Franco y; fascismo, con Octavio de Faria), así como en los discursos del propio presidente Vargas (principal figura política de la época), se observa cómo la extranjerización del comunismo, con la consiguiente alegación de asincronía entre éste y una nación/nacionalidad brasileña cosificada, fue una estrategia extendida entre los opositores al marxismo en el momento analizado.

Palabras clave: nacionalismo; anticomunismo; Gobierno Vargas.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar algumas proposições presentes na literatura política nacional realizadas em torno de um importante eixo argumentativo presente no discurso anticomunista no Brasil durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945): a questão nacional. Busca-se identificar como escritos de diversas matrizes do anticomunismo no país buscaram, apesar das diferenças de premissas, construir a imagem do comunismo como um elemento estrangeiro e, portanto, estranho à nação brasileira. Com esse intuito são analisados três livros de diferentes autores, cada um alinhado a um paradigma político distinto¹: a) *Política* (1932), de Tristão de Athayde² (conservadorismo cristão); b) *Preparação ao nacionalismo* (1934), de Affonso Arinos de Mello Franco (liberalismo); e c) *Destino do socialismo* (1933), de Octavio de Faria (fascismo). Além disso, o conteúdo destas obras é comparado aos discursos realizados por Vargas (a principal figura política de então) e publicados em uma coletânea de livros em 1938. Aqui, seguindo pelas veredas da obra cujo título parafraseamos³, entende-se que “anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação” (MOTTA, 2002, p. XIX).

O recorte temporal para a análise da manifestação deste anticomunismo através da instrumentalização da questão nacional se deu pelo fato de que, nessa época, em grande parte do mundo, incluso o Brasil, havia uma exacerbação de vários tipos de nacionalismo, aparecendo como recurso de valor na disputa política. Segundo um dos autores estudados, expressando o espírito da época, "nunca o mundo foi tão nacional como agora. O nacionalismo é o dínamo, é a atividade geradora de todas as políticas". "O grande fato de nossa história é o ressurgimento do espírito nacional" (FRANCO, 1934, pp. 169; 172).

¹ Foge do escopo do presente trabalho, por questões de foco e espaço, as manifestações anticomunistas realizadas à esquerda, como as oriundas de anarquistas e socialdemocratas. Entretanto, um exemplo pode ser visto em MIRANDA, Pontes de. *Anachismo, comunismo, socialismo*. Rio de Janeiro: Adersen, 1933.

² Pseudônimo então utilizado por Alceu Amoroso Lima (SILVA, 2001, p. 89).

³ *Em guarda contra o perigo vermelho*, de Rodrigo Patto Sá Motta (2002). Aqui falamos em “perigo moscovita” em referência à estereotipada acusação, muito presente entre os anticomunistas da época analisada, da influência política de Moscou (capital da Rússia e da extinta União Soviética) sobre os comunistas brasileiros – uma figura de linguagem adotada pelos adversários do socialismo soviético. Marly Vianna mobiliza um exemplo que ilustra a situação: “No dia 26 de junho de 1935, em sua primeira edição, o jornal O Globo deu início a uma grande provocação (o que seria repetido por ocasião do Estado Novo), anunciando a descoberta de ‘um plano subversivo’, ordenado por Moscou, para a implantação imediata no Brasil de um regime soviético. No mesmo dia, a segunda edição do jornal publicava em letras garrafais: ‘SOVIETS NO BRASIL! O Governo está de posse de um plano, vindo da Rússia, visando implantar o comunismo entre nós. Moscou legislando para o Brasil!’ (VIANNA, 2019, p. 90).

Nesse sentido, observa-se, em geral, duas direções de críticas presentes nos nomes apontados: I – *de caráter universal*, entendendo o comunismo como inerentemente estranho a qualquer elemento nacional; II – *de caráter específico*, apontando supostas incompatibilidades entre o marxismo e características próprias da sociedade brasileira. No primeiro conjunto as proposições percebidas foram: a) o *universalismo teórico*, acusando o comunismo de pressupor características e condições generalizáveis a toda a humanidade; b) o *internacionalismo proletário*, tomado como antítese de qualquer nacionalismo; e c) a *centralidade da União Soviética* na defesa do marxismo a nível internacional, vista como evidência de que o comunismo estaria, na verdade, a serviço de uma potência estrangeira. No segundo campo três abordagens se destacaram: d) a *incompatibilidade com o cristianismo*, enquadrando o Brasil como parte da “civilização ocidental” e, portanto, cristã, distante do ideário materialista; e) o *combate à propriedade privada*, que, numa perspectiva siamesa à lógica anterior, é entendida como negação da “civilização ocidental” por buscar o fim do capitalismo; e f) o *divisionismo da luta de classes*, responsável por “dividir a nação” através de um conflito interno entre as classes componentes do país.

Nem todos os agentes políticos estudados mobilizaram, em seus escritos, todos esses recursos, que aparecem com maior ou menor ênfase de forma variada entre as obras. A exposição mais detalhada de tais críticas aparece nas páginas que se seguem após seção voltada à breve contextualização do anticomunismo no Brasil do período 1930-1945 e estão divididas subsequentemente em três partes, iniciando-se com uma voltada às alegações em torno dos pretensos problemas do internacionalismo, seguindo-se outra abordando a exótica identificação do universalismo marxista com o judaísmo e, terminando, a análise dos argumentos voltados para a incompatibilização do comunismo com a nacionalidade brasileira. Na seção posterior, última do artigo antes das considerações finais, são tecidas considerações acerca das tensões entre o marxismo e a questão nacional, buscando identificar as causas que favoreceram os citados ataques ao comunismo por essa via.

1. O “perigo vermelho” no Brasil: ameaça comunista no primeiro governo Vargas

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, em um dos principais estudos sobre o anticomunismo brasileiro, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no*

Brasil (1917-1964) (2002), as menções críticas ao marxismo feitas por publicações na grande imprensa ou individualmente, em obras de intelectuais engajados, foram residuais no país entre o final do século XIX e a Revolução Russa de 1917. Todavia, mesmo após a revolução socialista a “ameaça comunista” aparecia como distante; ganhando, de fato, o imaginário nacional após 1930, período aqui abordado, quando:

Com o crescimento experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos de 1930, fato sem dúvida ligado, entre outras coisas, à adesão do popular líder "tenentista" Luiz Carlos Prestes e a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), tal quadro começa a se alterar. O anticomunismo começou a ganhar maior substância na mesma medida em que se dava o processo de expansão da influência do Partido Comunista; a partir da transformação do comunismo em "perigo real" ganharam ânimo e começaram a organizar-se os seus adversários (MOTTA, 2002, p. XXI).

Outro livro dedicado ao tema, *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*, de Carla Luciana Silva (2001), serve para que se esclareça, de antemão, um possível questionamento ante a escolha feita pelo presente artigo no que se refere às suas fontes, já que, fora os discursos de Vargas, os livros aqui abordados foram produzidos antes do levante comunista de 1935, período que costuma ser entendido como o grande ponto de partida do anticomunismo nacional – o que, se estivesse correto, tornaria pouco expressiva a “amostra” escolhida para ser tratada, composta por produções anteriores (*Política* de 1932, *Destino do socialismo* de 1933 e *Preparação ao nacionalismo* de 1934). Entretanto, a própria autora, que tem como alvo o período compreendido entre os anos de 1931 e 1934, ressalta que o desabrochar do anticomunismo pós-35 foi possível justamente por já encontrar na sociedade insumos políticos, ideológicos e teóricos desse tipo (2001, p. 35). Havendo ao longo dos anos 1930 uma crescente no discurso e na prática anticomunista - década em que, para Motta, “a publicação de livros anticomunistas se expandiu consideravelmente, tanto no que se refere a traduções quanto a obras de escritores nacionais” (2002, p. 10). Como um todo, a década de 1930 foi um marco na adesão ao anticomunismo por parte de figuras e instituições influentes, como as forças armadas e a Igreja Católica, na América do Sul:

Deste período em diante, as Forças Armadas brasileiras têm se colocado, juntamente com outras instituições, como a Igreja Católica e os partidos liberais, como arautos de uma ordem política e social, que está sendo afrontada por ideias subversivas (PIMENTEL, 2011, p. 4).

Em tal contexto, uma série de argumentos foi mobilizada pelos adversários do comunismo; com destaque para a apresentação do mesmo como oposto ao Brasil, seu povo e sua nacionalidade:

Ao mesmo tempo se falava em coisas abstratas, como a moral, a família, a religião, que seriam atacadas pelo comunismo, e em coisas concretas: o comunismo estaria realmente conseguindo se "infiltrar" através de fatores externos ao homem e à nação brasileira (SILVA, 2001, p. 242).

Segundo a autora, "explicava-se que o socialismo teria levado à 'não-nação', à falta de sentimento de nacionalidade" (SILVA, 2001, p. 109). Ou seja, o socialismo era apresentado como oposto às instituições nacionais e ao próprio Estado-nação e sua, assim entendida, essência cultural. Assim, cabe registrar que, apesar de Rodrigo Patto Sá Motta, no estudo supracitado, identificar três vertentes do anticomunismo brasileiro (cristianismo, liberalismo e nacionalismo) (2002, pp. 17-18), a leitura das figuras políticas da época permitiu que fosse identificada a importância e a instrumentalização da questão nacional como mecanismo de crítica ao comunismo de forma generalizada, presente, inclusive, em um eminente cristão, como Tristão de Athayde, ou em um liberal da estatura de Affonso Arinos.

2. Marx, Lênin e a questão nacional: crítica ao *ethos* socialista

Pelo que se pode derivar das mídias escritas analisadas, conservadores, liberais e fascistas, apesar dos distintos princípios e dos diferentes objetivos, compartilhavam, no período estudado, a noção de que a teoria marxista era, em seus fundamentos, inadequada às peculiaridades do Brasil por ser inerentemente incapaz de captar as particularidades nacionais; sendo refém de percepções universalizantes ao nível teórico (o materialismo histórico) e político (o internacionalismo proletário).

Affonso Arinos, que, segundo Carla Silva, "já exercia uma grande influência no meio intelectual" (SILVA, 2001, p. 79), em *Preparação ao nacionalismo* (1934) parte de um problema declarado: os ingredientes que formam a nacionalidade brasileira ainda careceriam de revelação, havendo, no Brasil, um Estado incapaz de expressar politicamente a nação (1934, p. 179). O liberal mineiro lança-se, assim, ao desafio de colaborar, inclusive por via revolucionária, com a formação do corpo dessa nação brasileira que desconheceria a si mesma. Outrossim, se o leque de opções em tal caminho estava aberto à criatividade do nosso povo, não seria pelo comunismo que resolveríamos tais problemas (1934, p. 31), já que, nas palavras de Arinos, o "esquema generalizador do marxismo (...) [acredita] que os problemas econômico-sociais sejam sempre os mesmos, sob todos os céus" (1934, p. 21).

O internacionalismo proletário, manifestação política mais evidente do universalismo de Marx e Engels, falharia, para Franco, justamente por ignorar as peculiaridades de cada nação, pois a classe trabalhadora, tida pelos revolucionários alemães como o agente social desse internacionalismo, também estaria condicionada pela mutabilidade das discrepantes realidades nacionais (1934, p. 142). Crítica semelhante é feita por Octávio de Faria em sua obra *Destino do socialismo*⁴ (1933), na qual alega que para o socialismo dar certo o proletariado mundial deveria se unir, esquecendo sua pátria e os adjacentes elementos que caracterizariam sua nacionalidade, como a raça. O que estaria ocorrendo, segundo o jornalista carioca, seria o contrário, com o fator nacional prevalecendo sobre a questão de classe, com os proletários de cada nação se unindo aos seus respectivos compatriotas burgueses (1933, p. 295).

Alceu Amoroso Lima (escrevendo sob o pseudônimo de Tristão de Athayde), na obra *Política* (1932), apesar de criticar o nacionalismo sob uma perspectiva universalista cristã⁵, declara que compartilha elementos comuns com este, pois, ao contrário do socialismo (que negaria “direitos naturais das nações”), o cristianismo “reconhece à nação direitos relativos a ser absolutamente respeitados” (ATHAYDE, 1932, p. 167). As palavras de Lima representavam bem a posição institucional da Igreja Católica, conforme se pode notar na análise que o historiador Marco Antônio Pereira faz especificamente do anticomunismo católico. Na posição ativa de pensar e propor o que seria o *ethos* brasileiro, quando “buscou de forma persistente junto ao Estado brasileiro seu reconhecimento no papel da definição e conservação da ‘alma da Pátria’, bem como na formação da consciência e do caráter nacional” (PEREIRA, 2008, p. 210), a Igreja repudiava o comunismo como anticristão e antinacional.

Prosseguindo na ideia de que a realidade estaria refutando os princípios internacionalistas marxistas, Octavio de Faria busca demonstrar que o nacionalismo, visto

⁴ Porém, curiosamente, para o autor, o fascismo, ao contrário do comunismo, poderia sim ser universalizável (FARIA, 1933, p. 298). Alemanha, Turquia, Portugal e Japão seriam as expressões nacionais específicas da ideologia fundada por Mussolini na Itália (FARIA, 1933, pp. 310-311). Já para Affonso Arinos, Hitler e Mussolini teriam dado suas próprias respostas aos seus respectivos problemas - o racismo hitlerista, por exemplo, seria totalmente incompatível com a realidade racialmente miscigenada brasileira (FRANCO, 1934, p. 21). Há, porém, uma questão de diferentes ênfases entre os autores, pois mesmo Octavio de Faria, ao defender a universalidade do fascismo, alega que esta se devia justamente à sua capacidade de se adaptar às diferentes realidades nacionais, não havendo aí uma mera defesa da cópia de modelos.

⁵ Condenando a ideia de que a nação estaria acima de tudo, já que Deus e a Igreja Católica estariam em primeiro lugar. A nação e a nacionalidade não seriam absolutas (ATHAYDE, 1932, pp. 59; 274).

como inexorável em todo o mundo, teria arrastado mesmo a própria União Soviética para um caminho nacional:

Esse grito - grito profundo, grito "humano" entre todos para cada nação - é inútil procurar abafá-lo. É o grito eterno da nação, realidade profunda contra todas as ideologias internacionalistas. E é indiscutivelmente executando cada dia mais esse grito que a Rússia caminha (1933, p. 243).

O nacionalismo, tido como ontologicamente oposto ao internacionalismo, aparece, então, por sua fecundidade no mundo dos anos 1930, como o elemento "que é precisamente o obstáculo invencível do qual o socialismo tropeça na sua tentativa de conquistar o mundo" (FARIA, 1933, p. 293). Constatação semelhante acompanha a obra do liberal mineiro⁶, para quem "o internacionalismo é uma teoria, uma ideologia, uma falsidade. A nação é um fato, um corpo: uma realidade" (FRANCO, 1934, p. 50). A maior evidência da derrota do internacionalismo ante o nacionalismo teria sido, ao lado dos destinos nacionais da Revolução Russa após o fracasso da sonhada "revolução mundial", a I Guerra Mundial (FARIA, 1933, p. 148; FRANCO, 1934, p. 146):

Com a Grande Guerra que surge ruem por completo todas as esperanças depositadas no movimento. Para o socialismo triunfante não há desastre mais catastrófico. São todos os seus ideais - são todas as suas promessas - que ruem por terra em poucas horas. Apesar de todas as promessas feitas, de toda a sua "consciência internacional", o proletariado adere à "defesa da pátria", - ideal burguês entre todos (FARIA, 1933, p. 167).

No que se refere à Revolução Russa, tanto Octavio de Faria quanto Affonso Arinos entendiam que, apesar de ter sido realizada sob a bandeira do internacionalismo, terminou, por questões de sobrevivência, caindo num nacionalismo próprio, fazendo do bolchevismo algo tão russo quanto o hitlerismo fora alemão ou o fascismo italiano (FRANCO, 1934, p. 24). Para o político mineiro, "a unidade internacionalista do seu desenvolvimento dialético é uma pura ficção" (1934, p. 25) e o próprio Lênin teria tido que romper com o marxismo ortodoxo para responder às necessidades nacionais especificamente russas (1934, p. 24), sendo a teoria do socialismo em um só país, de Stálin, a manifestação mais acabada do nacionalismo russo-bolchevique (1934, p. 49). O caráter histórico da vitória que Lênin deu à Rússia, derrotando a invasão estrangeira e a resistência dos exércitos "brancos" para consolidar a revolução, se assemelharia ao que se viu com os nacionalistas turcos liderados por Mustafa Kemal (1934, p. 110) – comparação também feita por Faria, para quem o principal mérito de Lênin foi justamente

⁶ Para Affonso Arinos o único internacionalismo saudável e possível seria aquele oriundo das trocas tecnológicas e culturais entre os povos – não o político e/ou classista (FRANCO, 1934, p. 153).

a organização da Rússia enquanto nação, assim passando para a história ao lado de “grandes nacionalistas”, como Mussolini e Kemal (1933, p. 188).

Dessa forma, se o comunismo estaria equivocado em seus fundamentos universalistas teóricos e políticos, seu sucesso prático com a vitória dos marxistas na Revolução Russa terminou, na interpretação de Affonso Arinos de Mello Franco e Octavio de Faria, por ser o coveiro dos próprios princípios ao desembocar num nacionalismo moscovita de tipo bolchevique.

Para Carla Silva, Affonso Arinos e outros "opunham essencialmente o comunismo à nação" (SILVA, 2001, p. 109).

3. Internacionalismo proletário: o suposto DNA judeu do marxismo

Dentre o aparato de questionamentos mobilizados nas críticas ao internacionalismo marxista um aspecto merece atenção especial: a exótica identificação do mesmo como influxo do judaísmo no campo da política - aparecendo, tanto em Franco quanto em Octavio de Faria⁷, pretensas evidências em fatores como a origem étnica de figuras como Trotsky (além do próprio Marx) e supostas semelhanças entre as projeções futuras de judeus e comunistas.

Para o político mineiro, identificado como aquele que "era o disseminador da tese de que o 'judeu rico era capitalista e judeu sem dinheiro era revolucionário'" (SILVA, 2001, p. 79), a anteriormente comentada "tendência para a unidade e a generalização, existente no marxismo", "parece prender-se (...) a uma característica especial da raça hebraica" (FRANCO, 1934, p. 25); enquanto o internacionalismo proletário aparecia como "consequência natural da atividade hebraica no campo das ideias políticas" (FRANCO, 1934, p. 33). Segundo Octavio de Faria, o fato de Karl Marx ser judeu explicaria a carga do seu legado ideológico, como o internacionalismo e a suposta pregação para uma classe trabalhadora oprimida, que, assim como o povo de Israel, estaria profetizada enquanto responsável por trazer a verdade, a igualdade e a felicidade (FARIA, 1933, pp. 109-111). Assim, “o internacionalismo marxista não é senão uma

⁷ Vale ressaltar que, apesar de não ter aparecido nada semelhante nos discursos de Getúlio Vargas aqui analisados, a correlação entre comunistas e judeus esteve presente em um importante momento de seu governo, quando uma alegada conspiração internacional marxista nomeada com um típico sobrenome judeu, o chamado *Plano Cohen*, adotou místicas antisemitas e serviu de justificativa para a implantação do Estado Novo em 1937 (CAPELATO, 2019, p. 151).

nova expressão do velho internacionalismo judeu, aplicável às condições atuais da evolução social" (FRANCO, 1934, p. 47). "Marx, se não fosse judeu não seria Marx" (FRANCO, 1934, p. 99). Na visão de Franco, o judeu como sujeito coletivo sublimaria um alegado complexo de inferioridade enquanto raça oprimida através dessa visão profética, na qual a luta entre o bem e o mal levaria à salvação (1934, p. 43).

Nada falta ao seu novo Evangelho em comparação com o primeiro. Ele é socialista, igualitário e internacionalista, como o outro. Como o outro é profético, trágico, apocalíptico. Como o outro criou, entretanto, a sua aristocracia de eleitos, os seus bem-aventurados, os proletários sofredores (FRANCO, 1934, p. 100).

As raízes judaicas de Marx, "que nem os próprios comunistas negam" (FARIA, 1933, p. 109), assim como as de Trotsky, aparecem, ao lado do não-judaísmo de Lênin e Stálin, como fatores explicativos para os caminhos e as polêmicas enveredadas pelo movimento socialista. Para os políticos brasileiros aqui considerados, enquanto Marx funda uma teoria profética e internacionalista, Lênin a transcende nacionalizando-a para a Rússia bolchevique. Se Stálin consolida essa via, Trotsky é quem vai manter aceso o legado internacionalista do fundador do socialismo científico através da teoria da revolução permanente e da defesa da expansão mundial do socialismo. Sob o mesmo comunismo, o internacionalismo de uns contra o nacionalismo de outros; teoria ideal contra a realidade que se impõe (FRANCO, 1934, p. 48).

Esse judeu é Marx profeta do proletariado, que é todo o sentido desse Marx imenso que quase domina o século - e diante de quem o outro, o economista, o homem de ciência, não passa de uma sombra. Sua voz de profeta, de "profeta salvador", fala as promessas de sempre: o reino da verdade, da igualdade, da felicidade - e dessa vez na própria terra (FARIA, 1933, p. 111).

Como explicação para essas análises são arroladas questões como o fato de os judeus serem o único caso de uma nação sem Estado e sem território de forma permanente e ao longo de séculos (FRANCO, 1934, p. 35), assim como o fato de se dedicarem ao comércio e às finanças, atividades que, diferentemente da agricultura, não se limitariam às fronteiras nacionais (FRANCO, 1934, p. 37).

4. Um Brasil verde e amarelo: sobre o medo da foice e do martelo

Nos três livros analisados há a menção ao comunismo como ajustado exclusivamente para situações, de alguma forma, exteriores ao Brasil (e, portanto, inadequadas para este). As palavras escritas à época pelo inspetor de polícia Cecil Borer expressam bem tal sentimento, quando se temia, literalmente, "a substituição do auriverde

pendão pelo campo sangrento com a foice e o martelo que, para vergonha de nosso povo, já foi certa feita hasteado, pela matilha bolchevista, na própria capital da república, acima do pavilhão nacional" (*apud* MOTTA, 2002, pp. 31-32).

Octavio de Faria foi incisivo na questão, sustentando que o marxismo corresponderia especificamente ao momento histórico de duas nações, Alemanha (onde nasceu como teoria) e Rússia (onde viveu como prática) (1933, p. 168). Tanto Affonso Arinos (1934, p. 16), quanto Alceu A. Lima (1932, p. 231), sustentavam que o Brasil não encontraria saída para seus problemas em teorias importadas, como o marxismo. Seria necessário encontrar um caminho legitimamente brasileiro.

Já Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, frequentemente recorreu a uma acusação mais radical de incompatibilidade entre o comunismo e a nação brasileira: os interesses soviéticos por trás dos marxistas. Para Vargas, os adeptos dessa corrente, injuriados como "implantadores do credo russo" (VARGAS, 1938-IV, p. 141), receberiam dinheiro estrangeiro para entregar a pátria ao controle soviético (1938-IV, p. 140), sempre "mantidos pela *Internacional Comunista*, instalada em Moscou" [grifo no original] (1938-IV, p. 153). Ou seja, como aponta Maria Celina D'Araujo, Vargas via o comunismo como uma doutrina "exótica e desintegradora, contrária aos interesses do trabalhador brasileiro" (D'ARAJO, 2017, p. 27).

Nessa linha a justificativa para que o Brasil, historicamente portador de um relacionamento pacífico com todos os povos independentemente das suas características internas, mantivesse-se afastado de contato com a União Soviética se daria por esta amparar, aqui, forças entendidas como estranhas às nossas "tradições sociais" (VARGAS, 1938-V, p. 185). Em 1936 tal política externa leva o Brasil a compor, com quase duas dezenas de nações (entre elas Argentina e Estados Unidos), uma primeira "conferência internacional secreta anticomunista" (KOIFMAN, 2019, p. 322)⁸.

Entre as principais tradições brasileiras tidas por Vargas como ameaçadas pelo comunismo, o cristianismo aparece com destaque. De acordo com o então presidente da república, o cristianismo seria parte inseparável de nossa nacionalidade devido ao papel

⁸ A adesão do Brasil ao bloco de países aliados na II Guerra Mundial, ao lado da União Soviética, colocou momentaneamente de lado essa perspectiva – apesar da mesma nunca ter sido retificada e rapidamente ter retornado ao centro da pauta política. De qualquer forma, por um lado, a partir de 1943 o Partido Comunista Brasileiro (PCB) passa a defender a união nacional em torno de Vargas contra o nazifascismo; por outro, em abril de 1945 Vargas restabelece as relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética.

desempenhado pela Igreja Católica para a construção do Brasil desde os tempos coloniais (VARGAS, 1938-III, p. 306). Alceu Amoroso Lima vai na mesma linha e lembra que essa formação histórica colocaria o Brasil como parte inseparável da grande civilização ocidental e cristã (ATHAYDE, 1932, p. 248). Para o então conservador católico, "o Brasil seria uma das exceções luminosas (...) que teve a sorte de preservar a sua unidade espiritual" através do cristianismo (1932, p. 130). O catolicismo aparece, então, como componente indispensável da nacionalidade brasileira.

A nacionalidade não é uma associação arbitraria e sim, como a própria etimologia da palavra indica, o lugar em que nascemos ou renascemos. Por todas as fibras misteriosas da hereditariedade, tanto física como moral, sentimo-nos ligados a esse grupo nacional espontâneo, que vai desabrochar também para elementos ao mesmo tempo necessários e voluntários, em um Estado de que participamos pelas fibras mais íntimas do nosso ser (ATHAYDE, 1932, p. 183).

Seria, aliás, dever de todo cristão denunciar a contradição entre a estrutura política laica e o espírito cristão da nossa nacionalidade, devendo haver um grande esforço em busca da união de forças eleitorais católicas, presentes em vários partidos, em prol da defesa das bases morais e cristãs dessa nacionalidade (1932, p. 271).

Entre os fatores religiosos elencados, naquela conjuntura, na construção da imagem do comunismo como, por essência, anticristão, destacavam-se: a) o materialismo filosófico; b) as alegadas perseguições ao cristianismo na União Soviética; e c) a dessacralização da família (pelo fato dos marxistas negarem o caráter indissolúvel da instituição familiar, defendendo o direito ao divórcio para mulheres e homens). Conforme diz Rodrigo Patto Sá Motta:

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (...) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta (2002, p. 44).

Para Vargas, o Brasil faria parte da "grande família cristã que o comunismo pretende destruir" (1938-IV, p. 152), pois:

Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. À luz da nossa formação espiritual, só podemos concebê-lo como o aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental (1938-IV, p. 139).

Lima, apontando a Revolução Russa como a "mais anticristã das revoluções" (1932, p. 101) e responsável por edificar uma "civilização radicalmente anticristã" (1932, p. 107), com perseguições do Estado à Igreja (1932, pp. 128-129), registra diferenças de

fundo filosófico, já que, para o autor de *Política*, enquanto no socialismo a filosofia materialista prega a organização da sociedade em torno dos valores econômicos, no cristianismo a política é subordinada à ética, cuja fonte seria a moral divina (1932, p. 249). Ou seja, na linha das lideranças católicas, “a filosofia comunista opunha-se aos pressupostos básicos do catolicismo” (PEREIRA, 2008, p. 205).

Octávio de Faria, após criticar o comunismo, fez questão de registrar que o fascismo, defendido por ele, não teria, ao contrário do socialismo, contradições com o catolicismo (FARIA, 1933, p. 312).

A questão da família como núcleo fundamental da nação brasileira, nutrida pelos valores do cristianismo e, conseqüentemente, ameaçada pelo comunismo (SILVA, 2001, p. 126), aparece, por exemplo, no discurso proferido por Getúlio Vargas no Rio de Janeiro em 10 de maio de 1936, pouco tempo depois do levante de 1935 e, então, sob forte repressão aos comunistas, quando buscou construir uma imagem do país como “quase cinquenta milhões de brasileiros, confraternizados para a defesa do que lhes pode ser mais caro - a existência da nacionalidade e, com ela, as instituições básicas da família e os princípios cristãos, herança dos nossos antepassados” (VARGAS, 1938-IV, p. 151). Em Alceu Amoroso Lima a questão também adquire papel especial, pois, dentro da sua teoria de cristianismo político, instituições intermediárias entre o Estado e a sociedade civil, como a Igreja, a escola e a família, teriam papel fundamental na organização da nação em torno de princípios cristãos (ATHAYDE, 1932, p. 37). A família era vista como reprodução terrena da ordem celestial, devendo o pai ser o responsável por agir como cabeça e chefe do núcleo familiar (1932, pp. 38-39). Neste ponto haveria mais uma ameaça do comunismo ao cristianismo, pois (nas palavras de Alceu A. Lima) seguindo pelas veredas já trilhadas pela reforma protestante e pelo liberalismo, o comunismo continuaria rompendo com o quadro cristão da família, contribuindo para que o marido/pai perdesse a autoridade sobre a mulher e os filhos (1932, p. 114). A escola, por sua vez, poderia impedir “o maior desastre para a nacionalidade” ao fornecer uma educação moral e religiosa ao lado da corriqueira instrução científica (1932, p. 130).

Outra instituição fundamental para o projeto cristão do conservador carioca era o sindicato. Tendo como norte a busca pelo equilíbrio entre o individualismo liberal e o igualitarismo socialista, Lima considerava que o cristianismo poderia oferecer o caminho para o bem comum como complemento ao bem individual (ATHAYDE, 1932, p. 20);

necessitando, para atenuar os conflitos entre as classes, de um tipo especial de sindicalismo, voltado para a organização social e a colaboração entre as camadas sociais em prol da manutenção da paz e do progresso social (1932, p. 43). A concepção de luta de classes defendida pelos marxistas aparece aí como promotora da desintegração social - ponto também explorado por Vargas. Segundo o político gaúcho, a luta de classes desagregaria a nação⁹ e a colocaria sob o risco de guerra civil (1938-V, p. 37): "Impõe-se, ainda mais, pelo dever, que o Estado tem, de salvaguardar a nacionalidade atacada e ameaçada pela decomposição bolchevista" (1938-IV, p. 143). Perspectiva essa fundamental para a aprovação da primeira lei de segurança nacional em 4 de abril de 1935 (MARQUES, 2014). Até funcionários públicos comunistas deveriam ser afastados de seus cargos por abalarem os princípios de autoridade e disciplina que sustentam o próprio Estado - aparecendo, então, como ameaças (VARGAS, 1938-IV, p. 144).

De acordo com Motta, esse tipo de nacionalismo influenciado pelo corporativismo, era fundamental na construção da imagem do comunismo como antinacional:

Tal vertente do nacionalismo que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como um conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem. A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Nesse sentido, os comunistas seriam elementos "deletérios", pois instigavam a divisão e a própria destruição do "corpo" nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes (MOTTA, 2002, pp. 29-30).

Para Lima, outra instituição determinante no que se refere à inserção do Brasil no rol das nações da "civilização ocidental", a propriedade privada, deveria não só ser protegida do comunismo como ainda estimulada. Citando Alberto Torres (pensador criticado em outras passagens de *Política*), alega que o Brasil teria vocação para ser uma nação de grandes famílias com pequenas propriedades sustentadas principalmente pelo trabalho do homem do interior, não corrompido moralmente (1932, pp. 226-227).

Se quisermos ter uma personalidade nacional na América, realizando ao mesmo tempo uma civilização baseada na justiça social, em princípios morais cristãos e nas exigências da realidade nacional e tradicional nossa, não há dúvida que a fórmula econômica brasileira tem de ser a que apontamos: a grande família na pequena propriedade (ATHAYDE, 1932, p. 232).

⁹ Afonso Arinos via o internacionalismo marxista (e o regionalismo – assunto que foge da abordagem em curso) como obstáculo para a unidade nacional (FRANCO, 1934, p. 180).

5. Comunismo e nacionalismo: da questão colonial ao anti-imperialismo

Considerando a avaliação contemporânea de alguns adeptos do marxismo acerca da relação deste campo com a questão nacional nota-se, de antemão, alguns elementos que permitem entender como as críticas até aqui comentadas, algumas um tanto quanto absurdas (como a correlação entre marxismo e judaísmo), encontraram terreno para difusão, pois são reconhecidas algumas debilidades no campo do materialismo histórico acerca da temática. Segundo Benedict Anderson, o campo do marxismo estaria sendo incapaz de desenvolver uma teoria sobre o nacionalismo - o que “tem se revelado uma incômoda anomalia para a teoria marxista e, exatamente por essa razão, tem sido amplamente evitado, mais do que enfrentado” (ANDERSON, 1989, p. 12). Opinião esta compartilhada por outro autor contemporâneo, o leninista Domenico Losurdo. Segundo o filósofo italiano, dois problemas limitaram o alcance da tradição marxista no que se refere à questão nacional: a) a utopia sobre a inexorabilidade do fim do Estado - classificada por Losurdo como uma “teoria de comunismo completamente irrealista” (LOSURDO, 2004, p. 60) - que leva a derivados como a secundarização de temas como o da nação, que acaba por ser interpretada como também fadada ao desaparecimento no processo histórico e, portanto, não carecendo de muita atenção; b) a interpretação do internacionalismo proletário como ontológico à classe trabalhadora.

Percepção crítica vista, aliás, nos próprios expoentes políticos do marxismo nos países do Terceiro Mundo. Losurdo lembra que, após a queda da União Soviética, Fidel Castro, em um balanço reflexivo sobre a experiência, teria dito que “nós socialistas cometemos um erro ao subestimar a força do nacionalismo” (*apud* LOSURDO, 2010). Kim Jong Il, ao recordar as contribuições teóricas de seu pai, Kim Il Sung, líder da Revolução Coreana, registrava que este teria, pela primeira vez na história, apresentado uma correlação correta entre nacionalismo e socialismo, pois o marxismo:

não possui explicações corretas sobre o nacionalismo. Prestou a atenção primordial ao fortalecimento da unidade e solidariedade da classe trabalhadora mundial; questão que se apresentou naquele tempo como um problema essencial, mas não se interessou como era devido pelo problema da nação (KIM J., 2002).

Já é elemento bastante comentado (GALLISSOT, 1984) o fato de haver em Karl Marx e Friedrich Engels uma abordagem dúbia no que se refere à questão nacional que só fora melhor equacionada com o amadurecimento intelectual e político de ambos. Não

há, nos revolucionários alemães, nenhuma sistematização mais profunda e universalizante quanto à questão nacional, sendo alvo de apreciações distintas em conjunturas variadas (GALLISSOT, 1984, p. 174). Da parte de Marx e Engels há um caminho transitado por frequentes dubiedades; havendo longo processo de superação de certo pragmatismo do desenvolvimento das forças produtivas no pensamento destes autores. Se no ano da sua morte, em 1895, a posição de Friedrich Engels era a do entrelaçamento entre a emancipação dos povos oprimidos com a alforria da classe trabalhadora - “o húngaro não será livre, nem o polonês, nem o italiano enquanto os trabalhadores permanecerem escravos” (ENGELS, 2012, p. 48) -, tal postura não foi uma constante nem neste autor e nem em seu parceiro, Karl Marx. A bandeira de que “um povo que oprime outro não pode ser livre” se manifestou na I Internacional nos episódios de defesa da emancipação dos povos da Irlanda e da Polônia diante da Inglaterra e da Rússia; mas em outros casos a opressão de um povo como o mexicano, tido como “não civilizado”, acabou sendo justificada em nome da “civilização” (ENGELS, 1849; MARX, 1853b). Uma certa visão pragmática-teleológica parece prevalecer nessas avaliações em específico, pois o suposto impulso dado ao desenvolvimento das forças produtivas nas regiões ocupadas as aproximaria mais do socialismo do que as antigas relações pré-capitalistas (LOSURDO, 2006, p. 21).

Pouco mais de três décadas depois do caso mexicano o tom de lamentação para com a indiferença dos operários ingleses perante o colonialismo britânico e a confiança no poder dos povos oprimidos denotam evolução. Friedrich Engels compartilhará em privado com Kautsky seus sentimentos e avaliações:

pergunta-me o que é que os operários ingleses pensam da política colonial? (...) os operários comem alegremente o seu bocado do monopólio do mercado mundial e do monopólio colonial da Inglaterra. Segundo o meu parecer, as colônias propriamente ditas - isto é, os países ocupados por população europeia, Canadá, Cabo, Austrália - tornar-se-ão todas autônomas; em contrapartida, os países simplesmente dominados, habitados por nativos — Índia, Argélia, possessões holandesas, portuguesas e espanholas —, terão de ser provisoriamente tomados a cargo pelo proletariado e conduzidos tão rapidamente quanto possível à autonomia (ENGELS, 1882).

Uma década antes esse espírito já dava alguns sinais nos estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), que aludiam à igualdade de todos os seres humanos, independente de “cor, crença ou nacionalidade”. E, por essas veredas, Vladimir Lênin, despido das dubiedades de seus mestres supracitados, conduzirá a Revolução Russa de 1917 e a Internacional Comunista (III Internacional),

Nota-se antes, porém, como a postura de Marx e Engels sofre mudanças em outros sucessores, quando, diante do fortalecimento do tema das nações e das nacionalidades no final do século XIX e início do século XX, os membros da Segunda Internacional são levados ao reconhecimento da importância da questão - tanto por conta do fenômeno “imperialismo” quanto pelas necessárias adequações táticas e estratégicas sobre o papel do movimento operário dentro das lutas nacionais (GALLISSOT, 1984, pp. 226-227). Segundo René Gallissot, Karl Kautsky reconheceu Otto Bauer como um dos pioneiros a tentar elaborar uma teoria de nação de caráter marxista - na qual se dava grande ênfase ao aspecto cultural (1984, p. 232). Mas posições mais heterodoxas, como as de Bauer - ou de Jean Jaurès, que chegou a classificar a palavra de ordem marxiana sobre proletários não terem pátria como uma “afirmação apaixonada” (GALLISSOT, 1984, p. 235) -, tiveram pouca difusão. No quadro da I Guerra Mundial a II Internacional e seus partidos acabaram, apesar das várias perspectivas teóricas, sucumbindo em um chauvinismo que exacerbará um nacionalismo de tipo burguês e abandonará o marxismo. Será a ruptura de Lênin e seus adeptos com a II Internacional que colocará a luta anti-imperialista e pela autodeterminação dos povos como princípio estratégico. Para o líder russo, para além de possíveis fatores de ordem ética, graças à compreensão de que no imperialismo estaria a manifestação última e, ao mesmo tempo, mais bárbara e clara do capitalismo, é que as lutas nacionais deveriam ser abraçadas e impulsionadas pelos revolucionários.

Assim, com Lênin e a III Internacional uma perspectiva específica sobre a questão nacional prevalecerá dentro do marxismo militante, ocupando, entretanto, um lugar pragmático ao aparecer como antítese do imperialismo. Ho Chi Minh, um dos grandes ícones da luta anti-imperialista e socialista no século XX, responsável por liderar o povo vietnamita na vitória contra Japão, França e Estados Unidos, permite certificar a capacidade do leninismo correlacionar o exercício do internacionalismo à questão nacional:

Um camarada me deu para ler a *Tese sobre as questões nacionais e coloniais* de Lênin (...). Que emoção, entusiasmo, esclarecimento e confiança essa obra provocou em mim! Eu me regozijava em lágrimas (...) [e] gritei fortemente, como se me dirigisse a grandes multidões: “Caros mártires compatriotas! É disso que precisamos, este é o caminho para nossa libertação”! A partir dali, tive plena confiança em Lênin e na Terceira Internacional (HO, 1960).

Kim Jong Il, em outro caso de combinação entre nacionalismo e comunismo, traz uma conclusão que sintetiza bem a sintonia entre socialismo e questão nacional legada pelo movimento iniciado com a Internacional Comunista:

O comunismo não é uma doutrina que defende unicamente os interesses da classe operária. Defende, também, os interesses da nação. (...) Portanto, pode-se dizer que não há qualquer razão ou justificativa para colocar o comunismo como contrário ao nacionalismo e rejeitar este último. O nacionalismo não está em contradição com o internacionalismo. Internacionalismo é ajudar, apoiar e solidarizar-se com todos os países e nações. Dado que existem fronteiras entre os países e diferenças de nacionalidades, e o processo revolucionário e construtivo se efetua pela unidade da nação, o internacionalismo representa as relações entre os países, as nações, e possui como premissa o nacionalismo (KIM J, 2002).

Considerações finais

Durante o primeiro governo de Vargas os comunistas foram apresentados pelos vários ramos da literatura anticomunista nacional como portadores de uma proposta política e teórica inadequada para o Brasil por ser, supostamente, excessivamente universal e internacionalista, atuar no país a serviço de potências estrangeiras e dividir a nação através da luta de classes; corrompendo, também, os valores que lhe fundamentavam como parte da “civilização ocidental”. Se estas críticas conseguiram se difundir no solo político nacional por, entre outros fatores, estarem explorando uma tensão realmente existente entre o marxismo e a questão nacional; havia, todavia, importante carga propagandística nos argumentos mobilizados. O processo histórico posterior, em que diversos povos dependentes, como China, Coreia do Norte, Cuba e Vietnã, se emanciparam fundamentados no comunismo, demonstrou um encontro profícuo entre o marxismo e o nacionalismo pelas vias do anti-imperialismo. O internacionalismo, tratado por diferentes forças anticomunistas como antagônico a qualquer nacionalismo, foi, ao menos, um mecanismo de transcendência do universalismo para o seu enriquecimento pelas próprias partes, nacionais, que o compõe. Um ponto de partida que, porém, não encerra a necessidade de se tratar a questão nacional para além do seu aspecto de *negação anti-imperialista*. Apesar dos limites reais da teoria, que começam já na gênese do comunismo, com Engels e Marx, a experiência histórica sugere que estes não são insuperáveis ou inerentes ao marxismo.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ATHAYDE, Tristão de. *Política*. Rio de Janeiro: Livraria Catholica, 1932.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. *O Brasil republicano 2: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 16, n. 31-32, 1996.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004.
- D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas* (série perfis parlamentares n. 72). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.
- DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade. In: MELO, D. (org.). *Miséria da Historiografia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- ENGELS, Friedrich. *A Polish proclamation* (1874). Disponível em: <marxists.org/archive/marx/works/1874/06/11.htm>. Acesso em 20 ago 2023.
- ENGELS, Friedrich. *Carta a Karl Kautsky* (1882). Disponível em: <marxists.org/portugues/marx/1882/09/12.htm>. Acesso em 15 ago 2023.
- ENGELS, Friedrich. *Der demokratische Panslawismus* (1849). Disponível em: <mlwerke.de/me/me06/me06_270.htm>. Acesso em 20 ago 2023.
- ENGELS, Friedrich. "Prefácio". In: MARX, K. *As lutas de classes na França: de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FARIA, Octavio de. *Destino do socialismo*. Rio de Janeiro: Ariel, 1933.
- FRANCO, Affonso Arinos de Mello. *Preparação ao nacionalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- GALLISSOT, René. Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário. In: HOBBSAWM, E. *História do marxismo (vol. IV): o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HO, Chi Minh. *O caminho que me levou ao leninismo* (1960). Disponível em <marxists.org/portugues/ho_chi_minh/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- HOBBSAWM, Eric. Nacionalismo e marxismo. In: PINSKY, J. (org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- KIM, Il Sung. *Sobre a eliminação do dogmatismo, do formalismo e o estabelecimento do zuche no trabalho ideológico* (1955). Disponível em: <marxists.org/portugues/kim_il_sung/1955/12/28.htm>. Acesso em 01 jul. 2023.
- KIM, Jong Il. *Para compreender corretamente o nacionalismo* (2002). Disponível em: <novacultura.info/#!/Kim-Jong-Il-Para-Compreender>. Acesso em 01 set. 2023.
- KOIFMAN, Fábio. O governo Vargas e a política externa brasileira (1930-1945). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. *O Brasil republicano 2: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

- LÊNIN, Vladimir. El imperialismo, fase superior del capitalismo. In: LÊNIN, V. *Obras* (t. V). Moscú: Progreso, 1973.
- LÊNIN, Vladimir. Sobre el derecho de las naciones a la autodeterminación. In: LÊNIN, V. *Obras* (t. V). Moscú: Progreso, 1973.
- LOSURDO, Domenico. *Fuga da História?* Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- LOSURDO, Domenico. *Liberalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- LOSURDO, Domenico. Marx, *Cristóvão Colombo e a revolução de Outubro* (2010). Disponível em: <blogdaboitempo.com.br/2010/04/20/artigo-de-domenico-losurdo-marx-cristovao-colombo>. Acesso em 10 set. 2022.
- MARQUES, Raphael. Repressão política e anticomunismo no primeiro governo Vargas: a elaboração da primeira lei de segurança nacional. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v. 15, n. 107, 2014.
- MARX, Karl. A dominação britânica na Índia (1853a). Disponível em: <marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>. Acesso em 03 ago 2023.
- MARX, Karl. Deslocamentos do centro de gravidade mundial (1850). Disponível em: <marxists.org/portugues/marx/1850/02/>. Acesso em 10 ago 2023.
- MARX, Karl. *Estatutos gerais da AIT* (1971). Disponível em: <marxists.org/portugues/marx/1871/10/24.htm>. Acesso em 20 ago 2023.
- MARX, Karl. *Os resultados eventuais da dominação britânica na Índia* (1853b). Disponível em: <marxists.org/portugues/marx/1853/>. Acesso em 20 jun 2023.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena: a defesa da propriedade privada e a desconstrução do “paraíso soviético”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. [S. l.], v. 6, ano 3, n. 2, 2008.
- PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, [S. l.], v. 5, n. 10, 2012.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- STÁLIN, Josef. *O marxismo e o problema nacional e colonial*. Rio de Janeiro: Vitória, 1946.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política no Brasil (discursos do presidente Vargas em 10 volumes)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. *O Brasil republicano 2: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Data de Submissão: 27/03/2024
Data da Avaliação: 22/07/2024.

